

Saúde e verbas públicas

Com a ativa liderança do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde, Sindsaude, cerca de mil manifestantes cercaram na última semana a sede do governo do Estado de São Paulo, para exigir a municipalização do atendimento médico na Capital. A reivindicação, que oficialmente pedia a implantação do Sistema Único de Saúde, proporcionaria “um maior controle dos hospitais” pela população, segundo o Sindsaude. Na última semana de julho, levantamento preliminar do Ministério da Saúde mostrou que mais de cem municípios paulistas apresentaram taxas de internações acima de 20% da população, enquanto a Organização Mundial de Saúde prescreve média de 10%. Houve casos em que quase 60% da população havia sido internada durante o ano em hospitais.

Quando o País esteve ameaçado pela epidemia de dengue, muito se discutiu se o mosquito causador era estadual, municipal ou federal. Na ocasião, foram os municípios os mais resistentes à idéia de ter de assumir maiores responsabilidades. Assim, não deixa de ser curioso este anseio por exigir que o doente seja “municipal”... O volume de recursos repassados pode ser uma “boa”

explicação para tanta ansiedade. Só em 1991, o Inamps repassou US\$ 3,5 bilhões, para pagar 14,4 milhões de internações no País. Seria perversidade pensar que os municípios pretendem, inclusive a administração “democrática e popular” de São Paulo, uma participação maior neste verdadeiro festim de recursos públicos?

Na 9ª Conferência Nacional de Saúde, quando o governo propôs a formação de consórcios de municípios para gerir recursos, conforme “as necessidades de saúde locais”, a proposta foi rejeitada, com ênfase, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Porém, embora a indicação de que mais de 80% dos municípios brasileiros têm menos de 30 mil habitantes (40% deles, menos de 10 mil) mostre que regionalizar o atendimento especializado pode ser ideal para o doente, para o contribuinte (o rateio do déficit deste atendimento caro é evidentemente maior) tal medida não interessa e, sim, a quem precisa politicamente das verbas da saúde! Como parece ser o caso dos “trabalhadores públicos em saúde” paulistanos. Não seria o uso político das verbas a verdadeira razão de exigirem tanto o *doente municipal*?